

ROTAS (AINDA MAIS) CRÍTICAS: EFEITOS PANDÊMICOS

Eixo Temático 10– Diálogos sobre a Violência contra as Mulheres: Educação, Políticas Públicas, Proteção e Enfrentamento

Ana Clara Oliveira da Cunha Soares ¹

Paula Land Curi ²

Thais Ferreira Rodrigues ³

Paloma L.R. Jashar ⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa em Tecnologia Social, finalizada em 2021, a partir do projeto Rotas (ainda mais) críticas: Itinerários em tempos pandêmicos⁵. A pandemia de covid-19 não só revelou e recrudesceu a incidência da violência de gênero contra as mulheres, mas também tornou mais difícil a busca por ajuda nos serviços especializados e não especializados para o rompimento dos ciclos de violências. Ao mapearmos as Rotas Críticas, em Niterói, sugeriu-se à Coordenação de Políticas e Direitos das Mulheres a construção de um Seminário de Políticas Públicas, envolvendo atores e serviços, para interrogar a rede intersetorial de atendimento. O material produzido foi sistematizado, tornando-se ferramenta de análise para o poder público e seus serviços.

Palavras-chave: Covid-19; Violência contra a Mulher; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de uma pesquisa realizada, em 2020, em Niterói-RJ, sobre o nível de institucionalidade das políticas públicas para as mulheres antes e no momento pandêmico. Os dados nos evidenciaram que a pandemia da covid-19⁶ e a crise sanitária dela

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, anaclarasoes@id.uff.br

² Professora Orientador: Doutora do Instituto de Psicologia – UFF Niterói, paulalandcuri@id.uff.br

³ Pós Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia – UFF Niterói, thaisferreira@id.uff.br

⁴ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia – UFF Niterói, palomajashar@id.uff.br

⁵ Pesquisa em Tecnologia Social UFF/AGIR/PIBINOVA.

⁶ A Organização Mundial de Saúde decretou a pandemia da covid-19 em 11 de março de 2020, entendendo que a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2, se caracterizava enquanto um risco de saúde pública, causando a disseminação internacional da doença (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA

decorrente trouxeram ainda mais dificuldades para as mulheres em situação de violência de gênero, que encontraram ainda mais obstáculos para romper o Ciclo de Violência. O acesso à rede intersetorial de atendimento se mostrou um grande obstáculo a ser transposto dada a presença das chamadas Rotas Críticas, tornadas ainda mais críticas durante a pandemia.

Rota Crítica é o percurso — sempre crítico — que as mulheres vivenciam para romper com o Ciclo de Violência. Envolve processos que vão desde a tomada de decisão até a execução de ações concretas, como busca e pedidos de ajuda nas redes especializadas e intersetoriais.

Novas complicações se apresentaram e, a maior e mais explícita tem relação direta com a única medida sanitária possível nos primeiros tempos da pandemia: o afastamento social. Com a orientação de que as pessoas se mantivessem em suas casas, mulheres ficaram isoladas de suas redes de apoio e afetos, assim como da rede intersetorial, e muitas vezes com seus ‘companheiros-agressores’.

A proximidade imposta no âmbito privado recrudescer as violências de gênero, ao mesmo tempo em que o afastamento social proposto reforçou a não busca por ajuda nas instituições seja porque elas estiveram de portas fechadas ao atendimento da população, quer porque a ida, especialmente às instituições de saúde, representaria um risco a mais à covid-19. Mas, o que se deu para que a rede de atendimento especializado e garantia de direitos se mantivesse, nos tempos mais duros, com suas portas fechadas?

Os serviços de atendimento às mulheres, nos primeiros momentos de pandemia, não foram reconhecidos como serviços essenciais e, conseqüentemente, com o passar do tempo, criaram medidas alternativas para operar por mediação tecnológica, que, por definição, é excludente.

Mapeando a rede do município de Niterói, sugerimos à Coordenação de Políticas e Direitos das Mulheres (CODIM) a construção de um Seminário de Políticas Públicas, que envolvesse atores e serviços diversos, e no qual fosse possível pautar os problemas incrementados pelo momento vivido. Nosso objetivo era, a partir das discussões e encaminhamentos, analisar, sistematizar e devolver ao município um diagnóstico acerca do efeito da pandemia nas redes e serviços e, principalmente, na vida das mulheres.

Este trabalho é resultado da pesquisa uma em Tecnologia Social, fomentado pela UFF/AGIR/PIBINOVA, realizado entre os anos de 2021-2022, cujo produto foi um e-book, que serve como importante ferramenta de análise.

SAÚDE). Medidas sanitárias tiveram que ser adotadas em todos os países, incluindo a quarentena, o distanciamento social, higienização regular das mãos e objetos com álcool gel 70%, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência de gênero, diferente de outras violências perpetuadas pelo ódio à alteridade, ocorre “[...] motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas” (BANDEIRA, 2014, p. 450). O termo violência de gênero abarca todos os tipos de violência praticadas contra a mulher: psicológica, moral, sexual, patrimonial e física.

A pandemia da covid-19 e o afastamento social decretado em decorrência da necessidade de contenção da propagação do vírus escancaram a potencialidade do lar como um ambiente de risco para as mulheres. Vieira, Garcia e Maciel (2020) trazem estudos que demonstram o aumento da violência doméstica no período de isolamento social, mostrando que, no Brasil, aumentou em 18% o número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100 e Ligue 180. Ao mesmo tempo em que se aumentam os índices de violência, reduziu-se a possibilidade de acesso aos serviços especializados de atendimento, proteção e garantia de direitos (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Não que antes da pandemia, com o fechamento e reabertura dos serviços, as chamadas Rotas Críticas – itinerários percorridos que não tornam efetivos os rompimento dos ciclos de violência mas que, pelo contrário, os reitera – não existissem. Afinal, sempre soubemos que a busca por ajuda em serviços estatais e não governamentais pelas mulheres afetadas pela violência de gênero pode ser difícil e cheia de obstáculos, e que elas encontram respostas e atitudes desmotivadoras, inadequadas, culpabilizadoras, não acolhedoras e crivadas de julgamento moral que demonstram como “nada é mais poderoso do que o machismo estrutural, capilarizado nas instituições estatais e em seus agentes.” (CURI, OLIVEIRA, FIAUX, 2022, p. 281-291).

Cientes de que precisávamos produzir algumas articulações na rede intersetorial, visando diminuir os impasses que contribuía para a perpetuação de tais rotas, propusemos, o Seminário, como meio de (re)estabelecer uma rede efetiva, com o reconhecimento recíproco entre os diferentes setores e atores, além de servir como meio de superação de uma visão restrita e independente de cada disciplina, profissão ou serviço.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para mapear as Rotas Críticas, partimos de outra pesquisa, ocorrida em 2020-2021, na qual medimos o grau de institucionalidade das políticas públicas para as mulheres no município de Niterói, antes e durante a pandemia, a partir de uma ferramenta construída por Paula Latgé (2016). Essa indicou não só a baixa institucionalidade das políticas para as mulheres, mas também a presença das Rotas Críticas, recrudescidas pela pandemia.

De posse desses dados, propusemos a presente pesquisa em parceria com a CODIM. Pretendíamos mapear “gargalos” persistentes, após o primeiro momento de pandemia, e localizar problemáticas recentes que se impunham pelo chamado “novo normal”.

Para isso, com o poder público, construímos um seminário de políticas públicas, no qual pudéssemos dialogar com a gestão e sua rede intersetorial. Nosso objetivo era escutá-los a partir de seus lugares e compartilhar experiências que pudessem nos ajudar na elaboração de um diagnóstico circunstanciado que pudesse ser devolvido ao poder público e aos serviços como ferramenta útil à análise e a diminuição das Rotas Críticas.

O Seminário foi realizado entre os dias 29 de novembro e 4 de dezembro de 2021, em formato remoto. Durante a semana houve palestras com mulheres reconhecidas como importantes feministas na luta das mulheres e rodas de apresentação de trabalho em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), visando que deles fossem extraídos encaminhamentos a serem entregues ao poder público municipal e aos serviços.

Mais de 50 trabalhos foram inscritos, categorizados e apresentados nos GTs a partir de suas temáticas. Cada GT foi composto por autores e coautores de cerca de 6 trabalhos, um coordenador e dois relatores. Foram eles: GT 1 Pandemia; GT 2 Saúde e Violência Estatal; GT 3 Violência Sexual; GT 4 Prevenção às Violências; GT 5 Educação para Prevenção; GT 6 Grupos de Prevenção; GT 7 Aborto; GT8 Cuidado Humanizado; GT 9 Maternidades Subalternas; e, GT 10 Interseccionalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Seminário promovido teve como público alvo aqueles que implementam e operacionalizam as políticas públicas, ou seja, a gestão pública municipal, os serviços e os “profissionais da ponta”. Enquanto estávamos discutindo as políticas, avaliávamos serviços e também a ação pública municipal a partir de quem a implementa.

Das apresentações e discussões, encaminhamentos foram extraídos e divididos em cinco categorias, a saber: 1) Sistematização de dados e Monitoramento de Resultado; 2) Reformulação e aperfeiçoamento das políticas; 3) Informação e divulgação; 4) Capacitação da rede de serviços; e, 5) Criação de novas políticas. Porém, para fins deste trabalho, nos deteremos a apresentar alguns encaminhamentos que se articulam diretamente à produção de Rotas Críticas.

Salientamos, assim, para a categoria 1: Destaque aos fluxos, as Rotas Críticas assim como indicadores qualitativos e quantitativos com consequências nos serviços; Para a 2: Ampliação da interação entre a rede e seus profissionais e promoção de espaços de diálogos entre setores; Para a 3: Informações repassadas de modo claro e efetivo, a determinação das unidades de referência e a facilitação de acesso aos direitos; Para a 4: Capacitação profissional para a rede intersetorial especializada e não especializada, com ênfase no preenchimento na Ficha SINAN; e, para a 5: Criação de Observatório, de Ouvidoria e a fomentação de concursos públicos.

Entre as propostas de encaminhamento, pode-se destacar a necessidade da construção de espaços para avaliação de políticas a partir das necessidades observadas pelas mulheres, abarcando os marcadores de classe, raça/etnia, capacitismo, etarismo, etc. Indicadores quali e quanti são fundamentais para abarcar a problemática das Rotas Críticas. Contudo, como bem exposto, trabalhar com elas nos leva a relevância da Ficha SINAN, importante ferramenta, quando devidamente preenchida, rodeada por mitos e equívocos, que escamoteiam indicadores importantes e subdimensionam a magnitude do problema.

O Ministério da Saúde, em 2006, implantou o VIVA, um Sistema de Vigilância de Violências e Acidades, constituído por dois componentes, sendo um deles o Viva/Sinan, que é formado pela vigilância contínua de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas.

A Ficha SINAN é a ficha de notificação/investigação individual de violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais. Desde 2011, com a publicação da Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, as notificações de qualquer tipo de violência, interpessoal e/ou autoprovocada, suspeitas ou confirmadas, passaram a ser compulsórias para todos os serviços de saúde, públicos ou privados, em todo o Brasil. A Ficha é um importante instrumento para a implementação de políticas públicas, garantia de direitos e cuidados em saúde.

Como universidade, com laços estreitados com o poder público, destacamos o item Capacitação da rede de serviços. Isso porque, embora haja capacitações oferecidas pela

CODIM, muitos participantes, tanto das redes especializadas quanto das não especializadas, deixaram claro que sua aproximação com a temática só se deu a partir de seu ingresso nos serviços. Ou seja, criticaram as suas formações universitárias que, ao não abordarem nem as violências de gênero nem as suas políticas de enfrentamento, não os capacita ao trabalho com mulheres, tornando-os (possíveis) reprodutores do machismo estrutural, ao impetrá-las inúmeras violências institucionais.

Partindo dos territórios de ação e das variáveis que nele se impoem como determinantes sociais, percebe-se a necessidade de se sistematizar fluxos e processos, tornando-os acessíveis tanto aos serviços quanto à sociedade civil. Contudo, para que isso possa acontecer, urge que o município fomente concursos públicos.

Com vínculos trabalhistas precarizados, produz-se uma intensa rotatividade de profissionais, dificultando as ações de capacitação, assim como a construção e sustentação dos vínculos de confiança entre as/os integrantes das equipes e as mulheres atendidas.

A criação de Ouvidorias e Observatório ganham destaque como ferramentas de monitoriamento não só dos itinerários percorridos pelas mulheres quando conseguem acessar as políticas públicas, mas também das barreiras que necessitam ser transpostas para que cada vez mais mulheres possam ter uma vida digna, livre de opressão, discriminação, violências e violações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a temática das violências de gênero ganharam destaque não só porque a pandemia escancarou sua magnitude, mas também porque a tecnologia possibilitou publicizar de diversas maneiras as mazelas em ser mulher em nosso país.

Romper com os laços que nos aprisionam ao patriarcado é tarefa árdua, especialmente quando, a cada movimento, seja ele subjetivo ou objetivo, ele nos intimida através de suas estratégias materializadas nos serviços e em seus operadores. Por isso, necessitamos de esforço conjunto e a convocação do poder público para somar, para construir conosco formas de driblá-lo.

Nosso trabalho chegou onde almejamos. Ele nos permitiu fazer movimentos importantes com o poder público, apostando na agência de mulheres que ocupam diversos setores na cena pública, ratificou a necessidade de estarmos constantemente tecendo redes e transpondo desafios. Propiciou importantes reflexões acerca do que tem sido feito e no que pode ser

construído futuramente, em uma perspectiva municipalizada. Isso é essencial para assegurar os direitos das mulheres!

A partir deste Seminário pudemos perceber que, no município em questão, a rede intersetorial funciona em alguma medida, apesar de sua baixa institucionalidade e Rotas Críticas. Contudo, o mesmo não se dá no âmbito de prevenção, atendimento e proteção às meninas. O etarismo se impôs para nós como questão urgente. Como cuidar de meninas diante do (pouco) que temos?

Todo o material produzido no Seminário foi publicado em forma de e-book, produto dessa pesquisa em Tecnologia Social. Ressalta-se por fim que essas discussões não se findam nesta experiência. Pelo contrário, nossa aposta é que a proposta seja reaplicada constantemente e que novos espaços de discussão possam se enraizar nos fazeres políticos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado** [online]. 2014, v. 29, n. 2 [Acessado 3 Julho 2022], pp. 449-469. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>>. Epub 17 Set 2014. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

CURI, Paula Land Curi; OLIVEIRA, Luciana da Silva; FIAUX, Lízia Paes Ramos. **Violência sexual: tecendo redes para cuidar de mulheres**. In: CAVALCANTI, Ludmila Fontenele (org.). **Violência sexual contra a mulher: abordagens, contexto e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17171/1/ebook_Violencia-sexual-contra-a-mulher_1ed_2022.pdf. ISBN: 978-65-88388-32-7.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 09 agosto 2022.

LATGE, Paula Kwamme. **A institucionalidade como medida de gestão**. 2016. 100 f.

Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/4937>. Acesso em: 25 maio 2022.

VIEIRA, Pâmela R.; GARCIA, Leila P. e MACIEL, Ethel L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. 2020, v. 23 [Acessado 3 Julho 2022], e200033. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>>. Epub 22 Abr 2020. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>.